



CONSELHO DE ILHA
DA TERCEIRA

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão de Economia
Delegação da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
R. José Maria Raposo Amaral

9500-078 PONTA DELGADA

Sua referência
N.º
Proc.º

Sua data

Nossa referência
N.º 4
Proc.º

Data
10 de Março de 2009

**ASSUNTO: PROPOSTAS DAS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2009-2012
E DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2009**

Relativamente ao ofício de V. Ex.a n.º 1092, de 5 do corrente mês, solicitando a emissão de parecer quanto ao assunto supramencionado, informa-se que este Conselho de Ilha reuniu extraordinariamente no dia 13 do mês findo, tendo deliberado emitir o parecer que se anexa e que foi remetido à Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, em 17 do mesmo mês, a pedido daquela Entidade.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha,

António Gabriel Fraga Martins Maio



Angra do Heroísmo
PATRIMÓNIO MUNDIAL
Desde 1983

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1528	Proc. N.º 102
Data: 09/03/23	5/09 = 4/09

AM/FS

PARECER DO CONSELHO DE ILHA RELATIVO ÀS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2009-2019 E DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2009

Sobre as antepropostas das Orientações de Médio Prazo 2009-2012 e do Plano Regional Anual para 2009, o Conselho de Ilha da Terceira considera o seguinte:

- O documento é elaborado tendo por base uma análise da situação económica e social da Região consciente e responsável, tendo em conta a evolução até aos dias de hoje, o comportamento da economia regional e a conjuntura internacional e nacional que tem vindo a condicionar o desenvolvimento da economia;

- Os eixos base apresentados, no âmbito das políticas sectoriais definidas para o período anual, e a sua eficaz conjugação são, quanto a nós, factores determinantes de desenvolvimento sustentado para a Região e para a Ilha Terceira.

O melhoramento das qualificações e das competências dos Açorianos, a promoção do crescimento sustentado da economia, o reforço da solidariedade e da coesão territorial, a gestão eficiente do território promovendo a qualidade ambiental e a qualificação da gestão pública e da cooperação constituem linhas orientadoras correctas cuja aplicação responsável permitirá um crescimento consolidado dos índices de desenvolvimento;

- Sendo o investimento público um importante factor de desenvolvimento, o volume de investimento de 761,4 milhões de euros, dos quais 483,9 milhões de responsabilidade directa do Governo dos Açores representam um acréscimo de 10% comparativamente com a dotação do ano anterior. Numa época em que o mundo está mergulhado numa profunda crise financeira, a aposta no investimento público enquanto catalisador e promotor de mais valias para a

sociedade deve ser uma prioridade. O volume de investimento indica-nos o empenho do Governo dos Açores em continuar a valorizar o investimento público consequente e difusor de desenvolvimento;

- Em relação à distribuição percentual do investimento público por eixo de desenvolvimento regista-se que, 3,1% destinam-se à qualificação da gestão pública e da cooperação, 8,5% para o reforço da solidariedade e coesão social, 22,5% para a melhoria das qualificações e competências dos açorianos, 26% para a gestão eficiente do território promovendo a qualidade ambiental e 39,9% para a promoção do crescimento sustentado da Economia indiciando uma preocupação com o desenvolvimento equilibrado da Região.

- O volume de investimento público de cerca de 160 milhões de euros para a Ilha Terceira, que representa 21% no global regional indica-nos uma aposta do Governo dos Açores no desenvolvimento da Ilha;

Pese embora o acima exposto e apesar de nalguns aspectos não se ter ido tão longe como eram as expectativas criadas pelos agentes económicos e pela população da Ilha Terceira, o Conselho de Ilha não pode deixar de mostrar a sua preocupação em relação aos seguintes aspectos:

- Não se ter ainda dado início à execução de alguns investimentos sucessivamente consagrados em Planos anteriores;
- A não desagregação de montantes significativos deste Plano, não permitem avaliar se estão consagrados investimentos que este Conselho considera importantes para a Ilha Terceira nomeadamente, o terminal de cargas da Aerogare Civil das Lajes e o Parque Tecnológico;
- Parecem-nos manifestamente insuficientes algumas verbas inscritas no Plano, como por exemplo, no respeitante ao apoio à recuperação de

imóveis afectados por térmitas e ao Terminal de Cruzeiros, cuja localização este Conselho já tinha manifestado que deveria depender de um estudo técnico;

- O Conselho reafirma o seu anterior parecer de que a construção do novo Hospital bem como a questão da Geotermia, devem merecer a maior atenção por parte do Governo;
- O Conselho não considera adequado nem eficiente o actual serviço de transporte aéreo que serve a Ilha Terceira pelo que, no seu entender não faz sentido a afirmação “Manter um serviço de transporte aéreo eficiente ao serviço dos açorianos”, mas antes “Implementar um serviço de transporte aéreo eficiente ao serviço dos açorianos”.

Posto isto, o Conselho de Ilha entende que deve dar Parecer favorável às antepostas das Orientações de Médio Prazo 2009-2012 e ao Plano Regional Anual para 2009, em análise.